LEI MUNICIPAL Nº 66/94, DE 19 DE MAIO DE 1994.

EMENTA: **Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS** para o ano de 1995 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUPIRA, Estado de Pernambuco:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento às disposições contidas no inciso II, e no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal e inciso II, § 2º do artigo 123 da Constituição do Estado de Pernambuco, bem como ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 1995, compreendendo:

I - Metas e prioridades da administração municipal;

II - Diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1995 dos Poderes Legislativo e Executivo, incluindo abertura de créditos adicionais;

III - Disposições relativas às despesas do Município com pessoal cívil;

IV - Disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

V - Disposições de caráter supletivo sobre execução do orçamento;

VI - Orientação para elaboração da prestação de contas geral do exercício de 1994.

METAS E PRIORIDADES

Art. 2º - As metas e prioridades da administração muni

cipal serão definidas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 1995 e na revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o período de 1995 a 1997, elaborados com estrita observância às disposições contidas na Legislação em vigor, especialmente no tocante à classificação funcional- / programática e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º - Até a publicação da Lei Complementar de que trata o § 9º, do artigo 165 da Constituição Federal, serão obedecidos os prazos definidos no artigo 55, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Pernambuco, para as proposições abaixo:

I - A proposta parcial do Orçamento do Poder Legislativo/ será entregue ao Poder Executivo até 30 de julho de 1994;

II - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício/ de 1995, será entregue à Câmara de Vereadores até 30 de setembro de 1994;

III - O Projeto de Lei de revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o período de 1995 a 1997 será entregue ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 1994, juntamente com a proposta orçamentária/ citada no inciso anterior;

IV - Os Projetos de Lei do Orçamento Anual e da revisão do Plano Plurianual de Investimentos, tramitarão na Câmara no prazo estabelecido nos incisos **I e III** do artigo 55, **D.T.** da Constituição Estadual , devendo serem devolvidos para sanção até 30 de novembro de 1994, sendo / promulgados pelo Executivo se não forem apreciados e devolvidos neste / prazo.

Art. 4º - Os Projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.

Art. 5º - Não poderão ser programados novos projetos a custa de anulação de dotações destinadas aos investimentos em andamento/ e sem prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infra-estrutura e saneamento básico.

Art. 7º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade/ financeira do Município, procederá a seleção de prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos a serem incluídas na proposta /

orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas não elencados com o objetivo de atender projetos e atividades resultantes dos programas autorizados em leis específicas.

DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 8º - No Projeto de Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em junho de 1994.

§ 1º - Os valores da receita e da despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária serão atualizados na Lei Orçamentária para preços de novembro de 1994, pela variação de índice oficial de preços ou outro instrumento de correção, legalmente previsto, no período compreendido entre os meses de julho e novembro de 1994, incluídos os meses extremos do período.

§ 2º - Os valores constantes da Lei Orçamentária Anual poderão, por meio de Decreto do Poder Executivo, ser atualizados pelo índice de variação de preços de que trata o parágrafo anterior ou por outro índice que considere as variações da receita de origem tributária, arrecadadas no decorrer do exercício de 1995, adotando-se, dos dois, o menor.

Art. 9º - O Orçamento Anual do Município abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, Órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Art. 10º - A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1995, na ausência da Lei complementar prevista no §9º do artigo 165 da Constituição Federal, obedecerá aos dispositivos, forma e detalhamento estabelecidos na Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1964 e demais disposições legais sobre a /

matéria, bem como incluirá os seguintes demonstrativos:

I - Dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do imposto nos artigos **60 DT e 212** da Constituição Federal, no Artigo 185 da Constituição/ Estadual e na Lei Orgânica do Município;

II - Dos recursos destinados à promoção da criança e do adolescente, em atendimento ao disposto no Artigo 227 da Constituição do Estado;

III - Dos recursos destinados ao **Fundo Municipal de Saúde;**

IV - Sumário da receita por fontes e da despesa por funções / de governo;

V - Da natureza da despesa, para cada Órgão;

VI - Da despesa por fontes de recursos para cada Órgão;

VII - Da receita e despesa por categorias econômicas;

VIII - Da evolução da receita e despesa orçamentária nos dois / exercícios anteriores e no corrente exercício de 1994.

IX - Analítico da receita estimada, a nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;

X - Da despesa prevista consolida, a nível de categoria / econômica, subcategoria, elemento e sub-elemento;

XI - Do programa de trabalho de cada Órgão, a nível de função, programa, subprograma, projetos e atividades;

XII - Consolidado por funções, programas e subprogramas, por / projetos e por atividades;

XIII - Consolidado por funções, programas e subprogramas, evi - denciando os recursos vinculados;

XIV - Da despesa por Órgãos e funções

§ 1º - O montante das despesas fixadas não deverá ser superior ao das receitas estimadas.

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, os efeitos das modificações na legislação / tributária em todos os níveis, com reflexos diretos e indiretos na receita municipal, e os índices inflacionários do exercício, no período /

de janeiro a junho de 1994.

Art. 11º - Na Lei Orçamentária a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES
Despesas de Custeio
Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Transferências de Capital

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme a / Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - As categorias de programação de que trata o **"Caput"** deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título e descritor que caracterize as respectivas metas ou ação política esperada.

Art. 12º - As propostas de modificações ao projeto de Lei Orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o Orçamento.

Art. 13º - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa:

Art. 14º - Até 31 de janeiro de 1995 serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada Órgão e suas unidades,a nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos/ especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 1994, e reabertos na forma do disposto no **§ 2º do Artigo 167** da Constituição Federal.

Art. 15º - As mensagens de projetos de Lei que encaminha-/

rem à Câmara de Vereadores pedidos de abertura de créditos adicionais conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos/ para a mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária.

Parágrafo Único - Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 16º - O Poder Executivo, através da Secretaria competente, deverá atender, no prazo de sete dias úteis, contados da / data do recebimento, às solicitações e informações relativas às categorias de programação explicitadas no Projeto de Lei que solicitar / créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos / que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e as suas metas a serem atingidas.

Art. 17º - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que íntegram os orçamentos/ fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com Órgãos ou entidades de direito público / ou privado, pelo Órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

Art. 18º - O Orçamento conterá dotação orçamentária específica destinada às despesas de sentenças judiciárias, na forma da/ legislação pertinente.

Art. 19º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o **"déficit"** ou **"superavit"** corrente.

Art. 2º - Não serão fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

§ Único - Os recursos oriundos de convênio entre o Município e Órgãos ou entidades das esferas de Governo Federal e Estadual, serão estimados na Receita Orçamentária de forma consolidada por categoria e fonte abaixo indicadas:

1.7.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1.7.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS
2.4.0.0 - **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**
2.4.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS

Art. 21º - A inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de dotações a título de subvenções sociais s/ou auxílios / para entidades privadas, sem fins lucrativos, dependerá:

I - do registro no Órgão Federal, estadual ou municipal competente;

II - de Lei específica, autorizativa da subvenção e/ou auxílio;

III - da Prestação de Contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhado até o último dia útil do mês / de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade da Resolução **T.C. nº 05/93, de 17.03.93;**

IV - da comprovação do seu regular funcionamento, mediante / atestado firmado por autoridade competente;

V - da apresentação dos respectivos documentos de Constituição da entidade, até o dia 30 de agosto de 1994.

Parágrafo Único - Não constarão na proposta orçamentária / para o exercício de 1995 dotações para as entidades que não atenderem / ao disposto nos incisos I, III, IV e V do presente artigo.

DA POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 22º - As despesas com pessoal da administração direta/ ou indireta ficam limitadas a sessenta e cinco por cento (65%) das Receitas Correntes, conforme dispõe o artigo 38º das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

§ 1º - Entende-se como receitas correntes, para efeito do limite do presente artigo, o somatório das receitas correntes próprias da administração direta e das receitas correntes próprias da administração indireta, provenientes das empresas e fundações públicas excluídas/ as receitas oriundas de convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para despesas de pessoal de / que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta e indireta com salários,gratificações,diferenças salariais,representações,obri

gações patronais, proventos de aposentadoria, pensões e remuneração dos agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 23º - O pagamento dos salários, proventos e pensões e os serviços da dívida terão prioridade sobre as ações de obras públicas e de expansão dos serviços públicos à cargo do Município.

Art. 24º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento / de remuneração, a criação de cargos ou alteração dos quadros de pessoal da administração direta e indireta, bem como a adminissão, a qualquer / título, somente poderá ser feita se houver dotação orçamentária específica suficiente para atender às despesas até o final do exercício, obedecendo ao limite Constitucional de despesas com pessoal e ao percentual de suplementação autorizada pela Lei Orçamentária Anual.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º - As alterações na legislação tributária deverão/ ocorrer até 30 de novembro de 1994, para vigorar a partir de 1º de ja-/ neiro de 1995.

Art. 26º - A Prestação de Contas Anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na Lei Orçamentária ANual, além dos demonstrativos e balanços previstos na Legislação Federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 27º - O relatório bimestral de que trata o § 3º do / artigo 165 da Constituição Federal demonstrará por categoria de programação de despesa de cada Órgão ou fundo, das entidades da administração direta e indireta, explicitando os gastos por função, elemento e sub- / elemento de despesa.

Art. 28º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 29º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de maio de 1994.

JOSÉ MARIA LEITE DE MACEDO

= PREFEITO =